



Prefeitura do Município de

VISTA ALEGRE DO ALTO

Estado de São Paulo



TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

LICITAÇÃO PÚBLICA – CONCORRÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratar empresa especializada para prestação de serviços técnicos qualificados, no ramo da construção civil, visando a **Construção da Creche e Escola de Educação Infantil, Projeto Padrão FNDE Creche Tipo 2**, mediante solicitação expressa da Secretaria de Educação e Cultura.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID.	QUANT.	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra, visando a Construção da Creche / Escola de Ensino Infantil, conforme Termo de Compromisso SICONV nº 965571/2024/FNDE/CAIXA, Novo PAC do Gov. Federal.	5622	M2	890,73	R\$ 3.848.245,00

O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.848.245,00 (três milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais), conforme planilha orçamentária em anexo.

Tais preços, considerando o desconto ofertado, constituirão a qualquer título, a única completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços, pelo pagamento dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, BDI e quaisquer outras despesas.



Prefeitura do Município de
VISTA ALEGRE DO ALTO
Estado de São Paulo



1.2. Localização: Avenida Itália Nº. 20 no Bairro Alto da Boa Vista no Município de Vista Alegre do Alto/SP.



- 1.3. Documentos de Referência: Termo de Compromisso nº 965571/2024/FNDE/CAIXA, Novo PAC do Governo Federal, conforme condições e exigências nos anexos: Projetos Executivos, Especificações Técnicas nos Memoriais Descritivos: Projeto Proinfância Tipo 2 e Memorial Descrito Complementar, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro que fazem parte deste termo de referência.
- 1.4. O contrato terá duração inicial de 24 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O prazo de execução da obra será de 12 meses contados da emissão da ordem de serviço, conforme cronograma físico financeiro.



1.6. A presente contratação adotará como regime de execução Indireta.

- ✓ Regime de Execução: Empreitada por preço unitário.
- ✓ Modo de Disputa: Aberto/Fechado (conjuntamente) – art. 56 da LEI 14.133/2021.
- ✓ Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.
- ✓ Modalidade de Licitação: CONCORRÊNCIA.

1.7. Os serviços propostos deverão compor um único grupo. Pois, a contratação de forma integrada proporciona maior agilidade no atendimento da demanda, evita a possibilidade de problemas de responsabilidade compartilhada por empresas distintas atuando no mesmo ambiente, e finalmente concorre para a economia de ganho de escala por concentrar as despesas administrativas em uma única contratação. Isto posto, ressalta-se que a contratação em lotes separados para este caso concreto poderá gerar grande risco de insucesso para a Administração. Ademais, para a Administração Pública, há um ganho evidente na simplificação da fiscalização do contrato com a redução do número de contratos a serem fiscalizados.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Alinhar o município às metas do Plano Nacional de Educação (PNE), garantindo o atendimento universal às crianças de 4 a 6 anos e ampliando o acesso para crianças de 0 a 3 anos.

2.2. A construção da **Construção da Creche e Escola de Educação Infantil, Projeto Padrão FNDE Creche Tipo 2**, localizada na Avenida Itália Nº. 20 no Bairro Alto da Boa Vista no Município de Vista Alegre do Alto/SP, de acordo com o Termo de Compromisso nº 965571/2024/FNDE/CAIXA, Novo PAC do Governo Federal, tem a finalidade de atender à crescente demanda por vagas na educação infantil no município, promovendo inclusão social e favorecendo o desenvolvimento infantil em um ambiente seguro e de fácil acesso.

2.3. O município enfrenta desafios constantes relacionados a vagas na educação infantil e com a proximidade local de habitação da criança, buscando alternativas em outro local/bairro, causando transtornos logísticos e dificultando a conciliação entre trabalho e cuidados com a família com os filhos.



Prefeitura do Município de

VISTA ALEGRE DO ALTO

Estado de São Paulo



- 2.4. A construção dessa nova unidade educacional busca atender à demanda reprimida da região, eliminando listas de espera e deslocamentos locais.
- 2.5. A nova unidade evitará custos indiretos associados aos deslocamentos das famílias para unidades distantes, além de otimizar os investimentos públicos direcionados à educação infantil ao oferecer uma estrutura de alta qualidade com potencial para atender plenamente à demanda local e seu entorno.
- 2.6. A construção da creche possibilitará melhor alocação dos recursos municipais destinados à educação infantil, reduzindo custos operacionais de transporte e reorganização de vagas.
- 2.7. A presente contratação, observando os critérios e mecanismos geradores de maior eficiência e economicidade e menor impacto ambiental possível.
- 2.8. O quadro de pessoal da prefeitura é insuficiente para atender todas essas demandas, as quais, por vezes, sem a mão de obra especializada, motivo pelo se faz necessária a contratação de empresa especializada no ramo da construção civil com experiência efetivamente comprovada pela sua capacidade técnica e administrativa.
- 2.9. Propiciar maior eficiência e efetividade na execução dos serviços a serem realizados, pois os prédios precisam de manutenção periódica.
- 2.10. Implementar iniciativas voltadas às práticas sustentáveis que redundem na preservação do meio ambiente, conforme Acórdão nº 1056/2017 – TCU/Plenário na Administração Pública Federal. Na mesma esteira, é mister que a administração pública municipal tenha atitudes semelhantes com vista aos objetivos propostos.
- 2.11. Melhorar a gestão administrativa e econômica, aprimoramento da eficiência e da qualidade na prestação dos serviços e o aumento da capacidade de investimento nas outras áreas essenciais do município.

JUSTIFICATIVA PARA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL E INVERSÃO DE FASES

JUSTIFICATIVA: A INVIABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA E INVERSÃO DE FASES.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, VISANDO A CONSTRUÇÃO DA CRECHE E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROJETO PADRÃO FNDE CRECHE TIPO 2, LOCALIZADA

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 – Cep: 15.920-000 - Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ: 52.854.775/0001-28 Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br

pmvaa@vistaalegrealto.sp.gov.br



Prefeitura do Município de

VISTA ALEGRE DO ALTO

Estado de São Paulo



NA AVENIDA ITÁLIA Nº. 20 NO BAIRRO ALTO DA BOA VISTA NO MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO/SP, DE ACORDO COM O TERMO DE COMPROMISSO Nº 965571/2024/FNDE/CAIXA, NOVO PAC DO GOVERNO FEDERAL.

Verifica-se, portanto, que o principal aspecto a ser observado no que se refere a opção pela modalidade de Concorrência presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade a Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, visando a construção da Creche e Escola de Educação Infantil, Projeto Padrão FNDE Creche Tipo 2, localizada na Avenida Itália Nº. 20 no Bairro Alto da Boa Vista no Município de Vista Alegre do Alto/SP, de acordo com o Termo de Compromisso nº 965571/2024/FNDE/CAIXA, Novo PAC do Governo Federal.

Uma concorrência presencial oferece transparência máxima, pois permite que todos os participantes estejam presentes para testemunhar o processo de seleção. Isso ajuda a garantir a integridade do processo e a promover a confiança entre os concorrentes e as partes interessadas; a concorrência presencial oferece também a oportunidade para interações diretas entre os participantes, os avaliadores e equipe técnica, permitindo esclarecimentos em tempo real, discussões e resolução de dúvidas.

O Intuito da modalidade presencial é de fato, consolidar o postulado da celeridade ao processo licitatório e não apenas mero cumprimento da burocratização normativa.

Nessa esteira, a presença física da equipe técnica na sessão pública, é fundamental para que os concorrentes demonstrem conhecimento aprofundado sobre o objeto licitatório. Podemos destacar também que o acervo técnico das empresas participantes na sessão é fundamental, os prazos de entrega da execução contratada entre outras informações de concernente a contratação.

Acrescentamos que a licitação presencial cumulada com a inversão de fases, sendo, a habilitação dos proponentes prévia à abertura de propostas no processo licitatório, visa, selecionar empresas que realmente tenham a capacidade técnica operacional para a execução dos serviços pretendidos e consequentemente inibir a apresentação de propostas insustentáveis de empresas sem a qualificação técnica que



se espera do processo licitatório em questão, o que atrasaria os procedimentos e aumentariam os custos da contratação.

Há várias vantagens em licitação presencial em detrimento da licitação eletrônica, em especial:

- A possibilidade de esclarecimento técnico imediato; pois como se trata de serviços técnicos especializados, com os participantes em sessão ficam mais acessíveis as condições da equipe técnica sanar quaisquer dúvidas sobre a execução do mesmo, assim como, eventuais questionamentos acerca da documentação de habilitação e qualificação técnica e capacidade operacional dos proponentes participantes, também a agilidade de verificação de documentos de habilitação e maior transparência considerando que todos os participantes presentes poderão analisar a documentação de habilitação das demais empresas participantes.

Considerando as disposições do Art. 16 inc.2º da Lei nº. 14.133 de 01 de abril de 2021, [...]“admita a utilização da forma presencial, desde que motivadas, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo”.

Em resumo, a escolha de realizar uma concorrência presencial deve levar em consideração uma variedade de fatores, incluindo a natureza do processo de seleção, os requisitos específicos do projeto e as expectativas das partes interessadas.

Diante acima exposto justifico a realização de Concorrência Presencial e ainda a inversão de fases (Habilitação seguida de propostas).

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. FORMA DE CONTRATAÇÃO

- 3.1.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços de engenharia civil, conforme Estudo Técnico Preliminar.
- 3.1.2. Recomenda-se que a contratação seja realizada por meio de Licitação Pública – Concorrência, com base na Lei nº 14.133/2021.

- ✓ Regime de Execução: Empreitada por preço unitário.
- ✓ Modo de Disputa: Aberto/Fechado (conjuntamente) – art. 56 da LEI 14.133/2021.



- ✓ Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.
- ✓ Modalidade de Licitação: CONCORRÊNCIA.

- 3.1.3. A escolha da empresa, tendo em vista a realização do processo de Licitação Pública – Concorrência, será formalizado por meio de um contrato administrativo, contendo todas as condições estabelecidas e acordadas para a prestação dos serviços, prazos, responsabilidades e pagamentos.
- 3.1.4. Possibilidade de participação ou não de consórcios de empresas: não se aplica a participação de consórcios de empresas na presente contratação.
- 3.1.5. Previsão de subcontratação do objeto: não se aplica a subcontratação do objeto a ser adquirido.
- 3.1.6. Direito de preferência: não se aplica o direito de preferência no serviço a ser adquirido.
- 3.1.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 3.1.8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual 5% (cinco por cento) e condições descritas nas cláusulas do contrato.

3.2. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

Para fins de habilitação, a contratada deverá comprovar os seguintes requisitos:

3.2.1. Habilitação Jurídica

- 3.2.1.1 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



Prefeitura do Município de

VISTA ALEGRE DO ALTO

Estado de São Paulo



- 3.2.1.2 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 3.2.1.3 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 3.2.1.4 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 3.2.1.5 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou **empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 3.2.1.6 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

3.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 3.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.



Prefeitura do Município de

VISTA ALEGRE DO ALTO

Estado de São Paulo



- 3.2.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria vigente.
- 3.2.2.3 Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 3.2.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 3.2.2.5 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 3.2.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 3.2.2.7 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 3.2.2.8 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 3.2.2.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Federal, Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 3.2.2.10 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006,



estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.2.3. Qualificação Econômico-financeira:

- 3.2.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação, ou de sociedade simples.
- 3.2.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).
- 3.2.3.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 3.2.3.4 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 3.2.3.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 3.2.3.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.
- 3.2.3.7 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 3.2.3.8 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e



poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

3.2.3.9 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

3.2.3.10 CNAE – Código Nacional de Atividades Econômica da Empresa compatível com as atividades da proposta.

3.2.4. Qualificação Técnica:

3.2.4.1 A Contratada e seus responsáveis técnicos deverão possuir registro ativo na entidade profissional competente, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA ou no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-SP) – especialidade de Engenharia Civil.

3.2.4.2 A contratada deverá possuir capacidade técnica, com vínculo comprovado de contratação (mão de obra especializada) e capacidade operacional (veículos, máquinas, equipamentos, EPIs e EPCs para a efetiva prestação de serviços objeto desta contratação

3.2.4.3 A Contratada deverá ter experiência técnica e administrativa comprovada com, no mínimo 01 (um) Atestado de capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, e regularmente registrado no conselho profissional competente, que demonstre capacidade operacional da empresa na execução de serviços similares, que contenham quantidades mínimas de 50% (cinquenta por cento) das parcelas de valor significativo do objeto da presente licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.



Ficam definidos como itens de valores significativos para fins de comprovação de execução os dispostos na tabela abaixo:

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE
2.5.0.1	SINAPI	100775	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PSA	KG	9.693,31
2.7.2.2	SINAPI	103328	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M2	1.038,00
2.8.6.3	PRÓPRIA	FNDE 281	FECHAMENTO EM CHAPA METÁLICA PERFURADA, INCLUSO PINTURA, CONFORME PROJETO	M2	116,76
2.9.0.1	PRÓPRIA	FNDE 20	TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM ACO GALVALUME, FACE SUPERIOR TRAPEZOIDAL E FACE INFERIOR PLANA (NAO INCLUI ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO), REVEST COM ESPESSURA DE 0,50 MM, COM PRE-PINTURA DE COR BRANCA NAS DUAS FACES, NÚCLEO EM POLIISOCIANURATO (PIR) COM ESPESSURA DE 50 MM	M2	850,66
2.12.1.6	PRÓPRIA	FNDE 425	PISO VINÍLICO SEMI-FLEXÍVEL EM MANTA ESPESSURA 2 MM	M2	216,53
2.15.3.1	PRÓPRIA	FNDE 391	RESERVATÓRIO CILÍNDRICO CAP. 15.000 LITROS	UN	1,00

3.2.4.4 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. A declaração, poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.2.4.5 Os trabalhadores da Contratada deverão utilizar Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) sempre que necessário para a execução do serviço.

3.2.5. Outros documentos:

3.2.5.1 Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração.



Prefeitura do Município de

VISTA ALEGRE DO ALTO

Estado de São Paulo



- 3.2.5.2 Declaração que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a este Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da emissão da Autorização de Fornecimento serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial.
- 3.2.5.3 Declaração que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra.
- 3.2.5.4 Declaração de que concorda com as exigências e sujeitar-se-á a todos os termos do presente processo.
- 3.2.5.5 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as Informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 3.2.5.6 Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- 3.2.5.7 Declaração de que a contratada irá dispor de profissional com capacidade técnica e treinamento para execução dos serviços seguindo as normas de segurança e utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) conforme determina a legislação.
- 3.2.5.8 Declaração de que os colaboradores da contratada deverão dispor de Certificação de acordo com a NR 33 e NR 35, para possibilitar, quando necessário, atividades em espaço confinado e trabalho em altura, respectivamente.



Prefeitura do Município de

VISTA ALEGRE DO ALTO

Estado de São Paulo



3.2.5.9 Declaração que todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO, sendo rejeitados os classificados como linha popular ou econômica, promovendo sua substituição quando necessário.

3.2.5.10 Declaração que, atende as regras e normas ABNT, na legislação específica.

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

O fornecedor deverá ter capacidade administrativa, técnica e operacional comprovada nos termos acima descritos e atender as normas técnicas e legislações vigentes.

5. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

5.1 Formalização

Será celebrado por instrumento contratual, emissão de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos da lei federal nº 14.133/2021.

5.2 Prazo de vigência

O contrato terá duração inicial de 24 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de execução da obra será de 12 meses contados da emissão da ordem de serviço, conforme cronograma físico financeiro.

5.3 Garantia Contratual

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual 5% (cinco por cento) e condições descritas nas cláusulas do contrato



5.4 Prorrogação de Contrato

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº. 5622/2024).

6. MODELO DE GESTÃO E/OU METODOLOGIA APLICADA

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária de Obras e Serviços, por seus designados, ou ainda, pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 5622/2024).



O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

Além do disposto acima, a fiscalização contratual observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 5622/2024.

6.1 Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da autorização de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 5622/2024).



Prefeitura do Município de

VISTA ALEGRE DO ALTO

Estado de São Paulo



O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão de Contratos e Licitações para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Ficam indicados os seguintes servidores para exercerem as funções de gestores e fiscais do contrato:

- ✓ Gestora do contrato: Alessandra Cristina de Carvalho Aidar – Secretária Municipal de Educação e Cultura.
- ✓ Gestor substituto: Rafael Alces de Souza – Engenheiro Civil e Diretor de Obras e Infraestrutura.



- ✓ Fiscal de obra: Luiz Serrano Júnior – Engenheiro Civil Responsável pela Fiscalização de obras no município.

7. PRAZO PARA INICIO DA EXECUÇÃO

Terá início a execução do objeto contratual em até 5 (cinco) dias a partir da data de assinatura da ordem de serviços.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes e estabelecidas em edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento da execução do objeto, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da obra, os serviços nos quais



se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

- 8.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 8.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.
- 8.9. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos



trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 8.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.
- 8.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.16. Manter durante toda a vigência, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 8.17. Cumprir, durante todo o período de execução, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- 8.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- 8.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.



- 8.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 8.22. Cumprir os prazos estipulados nesse documento.
- 8.23. Possuir pessoal técnico qualificado para prestação dos serviços contratados e condições administrativas operacional.
- 8.24. Responder pela saúde e segurança de seus empregados de acordo com a legislação vigente durante a execução do objeto contratual.
- 8.25. Assumir todas as despesas com alimentação, encargos trabalhistas e previdenciários, hospedagem, imposto, mão-de-obra, obrigações sociais, seguros, taxas, transportes, tributos, e demais encargos não especificados neste instrumento.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Efetuar os pagamentos, observadas a forma e condições especificadas no fornecimento.
- 9.2. Indicar os responsáveis para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços necessários que são objetos deste termo de referência e assinar os documentos de recebimento dos serviços, descrito nas obrigações da CONTRATADA a ser entregue nas medições após a finalização de cada etapa do cronograma físico.

10. PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL



Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticarem quaisquer atos previstos no artigo 156, §4º, da Lei federal nº. 14.133/21.

A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada subsidiariamente as disposições da Lei Federal 14.133/21, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e registrada no Cadastro de Fornecedores.

Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 10% do valor do contrato, não se aplicando a mesma, à empresa remanescente, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

Pela inexecução total ou parcial do ajuste, sem a devida justificativa aceita pela Administração, e sem prejuízo das demais sanções previstas em lei, o Contratado ficará sujeito, a critério da Administração, a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto não entregue.

Pela inexecução total ou parcial do contrato por parte da Contratada, a administração Municipal, sem prejuízo das penalidades de que trata o item anterior, poderá rescindir unilateralmente o contrato firmado, nos termos dos artigos 137 e seguintes da Lei 14.133/21.

Pelo atraso injustificado na entrega do objeto da licitação, ficará sujeito à multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do objeto não entregue.

Com fundamento no artigo 154, §4º, da Lei 14.133/21, ficará impedida de licitar e contratar com o município pelo prazo de 3 (três) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e demais cominações legais a CONTRATADA que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) fizer declaração falsa;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) se recusar a assinar o contrato;
- h) não mantiver a proposta, injustificadamente.

11. FORMA DE PAGAMENTO



O pagamento pelo fornecimento do objeto desta contratação será efetuado na primeira quarta-feira da semana posterior a efetiva execução dos serviços solicitados, atestada pelo recebimento pelo fiscal responsável, observadas as apresentações das certidões de regularidade perante ao INSS e FGTS.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 12.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.848.245,00 (três milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais), conforme planilha orçamentária em anexo.
- 12.2 Por se tratar de um processo administrativo que levará à uma Licitação Pública em que a demanda e os descritivos dos serviços estão definidos conforme anexos, momento da elaboração deste ETP, foi estabelecido a Planilha Padrão – PO Planilha Orçamentária – Orçamento Base para Licitação - OGU e os indicadores de referência da SINAPI São Paulo, data base mar/2024 – não desonerado.



Prefeitura do Município de

VISTA ALEGRE DO ALTO

Estado de São Paulo



- 12.3 A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices Construção Civil, que é a principal tabela utilizada no orçamento de obras em geral, de acordo com o último boletim de referência publicado, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil.
- 12.4 Para a Contratação, será considerada a propostas que apresentar o maior desconto percentual sobre os valores da Planilha Orçamentária, garantindo assim, uma maior transparência e a eficiência no processo de contratação e assegurando que a escolha final seja a mais adequada às necessidades do município neste período.
- 12.5 Tais preços, considerando o desconto ofertado, constituirão a qualquer título, a única completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços, pelo pagamento dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, BDI e quaisquer outras despesas.
- 12.6 Os contratos poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 12.6.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.6.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 12.6.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, ou ainda,



poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13. RESULTADO ESPERADO

A administração busca por meio deste termo de referência efetivar a contratação de serviços de qualidade em tempo hábil, dispondo de recursos próprios e repasse do Governo Federal, através da Caixa Federal – GIGOV Gerência Executiva de Governo São José do Rio Preto/SP, operação 1097149-72 e convênio e compromisso o Termo de Compromisso nº 965571/2024/FNDE/CAIXA, Novo PAC do Governo federal, respeitando os princípios da legalidade, economicidade de forma eficiente e eficaz.

14. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, QUANDO COUBER

É de responsabilidade da empresa que vier a ser contratada, adotar, na prestação dos serviços objeto desta contratação, no que couber, as práticas de sustentabilidade.

Todos as embalagens, restos de materiais, produtos, deverão ser separados adequadamente, para posterior descarte de acordo com a legislação ambiental e sanitárias vigentes. Otimizar a utilização dos materiais, de modo a minimizar o desperdício e a produção de lixo.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios e repasse do Governo Federal, através da Caixa Federal – GIGOV Gerência Executiva de Governo São José do Rio Preto/SP, específicos consignados no Orçamento Geral do Município e no Orçamento Geral da União. As dotações orçamentárias estão definidas conforme abaixo:

Fonte de Recursos Federal: 05 – União.

Órgão: 01.04 – Secretaria de Educação e Cultura.



Prefeitura do Município de
VISTA ALEGRE DO ALTO
Estado de São Paulo



Programa/Projeto: 12.365.0006-1036 - Construção de Creche/Escola de Educação Infantil - Tipo II.

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

Ficha: 184 – R\$ 3.477.420,16

Fonte de Recursos Próprio: 01 – Município de Vista Alegre do Alto/SP

Órgão: 01.04 – Secretaria de Educação e Cultura

Programa/Projeto: 12.365.0006-1036 – Construção de Creche/Escola de Educação Infantil - Tipo II

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

Ficha: 183 e 610 – R\$ 370.824,84

16. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, QUANDO COUBER

É de responsabilidade da empresa que vier a ser contratada, adotar, na prestação dos serviços objeto desta contratação, no que couber, as práticas de sustentabilidade.

Todos as embalagens, restos de materiais, produtos, deverão ser separados adequadamente, para posterior descarte de acordo com a legislação ambiental e sanitárias vigentes. Otimizar a utilização dos materiais, de modo a minimizar o desperdício e a produção de lixo.

Vista Alegre do Alto/SP, 28 de abril de 2025.

PAULO CÉSAR CARELLO
Secretário de Obras e Serviços

RAFAEL ALVES DE SOUSA
Diretor de Obras e Infraestrutura

LUIZ SERRANO JUNIOR
Eng. Civil - Resp. Fiscalização